



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DO URBANO E DO RURAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

WALKIRIA MARIA SOUSA DA SILVA¹

MÔNICA DE MELO MEDEIROS²

ROVAINE RIBEIRO³

JOANA VALENTE SANTANA⁴

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a questão da habitação no Estado do Pará, particularmente suas dimensões urbano-rurais na implementação do PMCMV. A metodologia delineada pela pesquisa quanti e qualitativa, privilegiou o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e de campo, com o objetivo de compreender a implementação das políticas habitacionais no Estado do Pará. Os resultados alcançados apontam que as intervenções e ações, no âmbito do PMCMV, não consideram as particularidades regionais da região amazônica ocasionando um agravamento na vida dos beneficiários. Além disso, o programa atende apenas parcialmente as carências habitacionais no Estado.

Palavras-Chave: Habitação; Amazônia; Programa Minha Casa Minha Vida; pequenas cidades.

Resumen: El presente artículo tiene por objeto analizar la cuestión de la vivienda en el Estado de Pará, particularmente sus dimensiones urbano-rurales en la implementación del PMCMV. La metodología delineada por la investigación cuantitativa y cualitativa, privilegió el levantamiento bibliográfico, investigación documental y de campo, con el objetivo de comprender la implementación de las políticas habitacionales en el Estado de Pará. Los resultados alcanzados apuntan que las intervenciones y acciones, en el ámbito del PMCMV, no consideran las particularidades regionales de la región amazónica ocasionando un agravamiento en la vida de los beneficiarios. Además, el programa atiende sólo parcialmente las carencias habitacionales en el Estado.

Palabras-Clave: Vivienda; Amazonia; Programa Mi Casa Mi Vida; pequeñas ciudades.

INTRODUÇÃO

A expansão capitalista na Amazônia demarcou uma formação territorial com forte desigualdade social, com variadas expressões da questão social, dentre elas, a questão da habitação. Neste processo, desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, até os dias atuais com o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. Email: <monica.melom@yahoo.com.br>.

³ Professor com formação outras áreas. Universidade Federal do Pará.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará.

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁵, tem-se uma ampliação do financiamento habitacional como estratégia de expansão do capital.

O atual processo de acumulação capitalista pautado no capital financeiro faz com que as pequenas cidades sejam uma das principais frentes de apropriação do capital por meio da produção habitacional para a população de menor renda.

Neste sentido, este artigo se propõe a contribuir com a discussão sobre a política habitacional a partir da implementação do PMCMV no estado do Pará e sua relação com as particularidades urbano-rurais da região amazônica, tendo como pressuposto analítico o método dialético⁶.

A metodologia utilizada teve como base: a) pesquisa bibliográfica: reunindo a busca de artigos, dissertações, teses e livros relacionados a temática estudada de autores clássicos e contemporâneos e; b) pesquisa documental baseada no documento “Contratos Habitacionais no período de 2008 a 2015” desenvolvido pelo Ministério das Cidades⁷ e nos dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Pará – PEHIS/PA. Como complemento à pesquisa documental, foram realizadas duas entrevistas em pequenas cidades paraenses (Aurora do Pará, em 2015 e Tomé-Açu, em 2017), com moradores beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida da modalidade Oferta Pública de Recursos (OPR).

Os resultados apontam que os programas federais no Estado do Pará embora tenham sido implementados em vários municípios, através de contratações e recursos financeiros direcionados para provisão de novas moradias, principalmente por meio do PMCMV, este modelo de produção habitacional por sua vez, atende apenas de forma pontual as necessidades habitacionais dos beneficiários, haja vista que não considera as particularidades urbano-rurais do modo de viver e morar amazônicos.

Problematizar estas questões a fim de desnaturalizar a questão social é uma forma de apreender as contradições do modo de produção capitalista presente nas relações e nos conflitos de classes e de contribuir com as reflexões acerca da formulação e execução da política habitacional realizada por assistentes sociais, dado que é por meio das dimensões teórico-

⁵ Frente a crise econômica de 2008 o Governo Federal Brasileiro concedeu expansão de crédito a bancos e assumindo medidas de apoio aos setores econômicos afetados pela crise, a exemplo do mercado habitacional, lançando o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pela Lei 11.977, de 07 de julho 2009, e pelo Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009. O programa é voltado ao atendimento de famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, com acesso restrito a empresas do setor da construção civil, na qual o poder público pode participar disponibilizando áreas, infraestrutura e outras ações facilitadoras (HOLANDA, SANTANA, 2012). O Programa utilizou fundos já existentes para implementar a política habitacional, como o FGTS, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

⁶ As reflexões deste trabalho compõem parte dos resultados do Projeto de Pesquisa “Acompanhamento da implementação da política habitacional em pequenos municípios no Estado do Pará”, vinculado ao Grupo de Estudo “Cidade, Habitação e Espaço Humano” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

⁷ O Documento “Contratos no Estado do Pará - Habitação - janeiro de 2008 a agosto de 2015” identificou os seguintes programas que foram implementados no Estado: Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social; Estudos e/ou Projetos para Habitação Interesse Social; Apoio à Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social; Programa de Habitação de Interesse Social; Programa de Arrendamento Residencial; Programa Crédito Solidário; Programa de Habitação de Interesse Social; Fundo de Arrendamento Residencial; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Oferta Pública, Rural; Pró-Moradia, Urbanização de Assentamentos Precários, Projeto de Investimento Prioritário. Destes foi priorizado nessa pesquisa o PMCMV na modalidade rural.

metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que se constroem estratégias de ruptura com o conservadorismo a fim de garantir os direitos da classe trabalhadora.

O trabalho está organizado em três seções: a) reflexões sobre a política habitacional no Pará; b) o PMCMV no contexto das pequenas cidades paraenses e; c) as modalidades Oferta pública e rural do PMCMV seguido das considerações finais.

1. REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL NO PARÁ

As cidades capitalistas se constituem como reflexo das relações sociais vigentes, configurando-se como um campo de relações de forças. Nesse sentido, uma sociedade como a brasileira, baseada em relações de poder e privilégios, resultam em construções de cidades com desigualdades sociais, em relação ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente, sendo a habitação um desses bens, cujo acesso é seletivo, ou seja, uma enorme parcela da população não pode acessar o mercado privado de habitação.

A partir das imposições criadas pelo capital, onde o acesso ao mercado privado é restrito, e não há efetividade de políticas sociais, as frações da classe trabalhadora sem alternativa habitacional regular, têm como possibilidades de moradia, de resistência e de sobrevivência os cortiços, os sistemas de autoconstruções, os conjuntos habitacionais, e as favelas.

Nesse processo, o Estado capitalista atua diretamente como regulador, consumidor e produtor do espaço urbano (CORRÊA, 1989), e com a proposta de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e de áreas inadequadas para moradia, ele passa a intervir por meio do planejamento urbano, promovendo intervenções urbanísticas nos espaços precarizados, transformando-os em infraestruturados. Em meio a esse contexto a formação socioespacial⁸ (SANTOS, 2005) do Brasil, a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho, ocorre com alto grau de dependência e de dominação externa, o que reflete decisivamente na construção das cidades, desenvolvendo contradições econômicas, políticas, sociais e regionais, tendo como resultado desse processo, a formação de cidades cada vez mais desiguais e marcadas pela segregação socioespacial.

⁸ Para o autor, “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da [Formação Econômica e Social] - FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim, como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 2005, p. 25). A formação social compreenderia uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Refere-se, nesse sentido, uma estrutura técnico-produtiva que se expressa geograficamente através da distribuição da atividade produtiva. E desse modo, a localização dos sujeitos, das atividades e das coisas no espaço, é explicada, de um lado, pelas necessidades “externas”, àquelas referentes ao modo de produção “puro”, e de outro lado, pelas necessidades “internas”, que são representadas pela estrutura de todas as buscas e pela estrutura de classe, a formação social em sua essência (SANTOS, 2005). Para ele, a história dos momentos de produção é também a história da sucessão de formas criadas através da sucessão de diversos modos de produção. A história da “formação social” é a que se refere à superposição de formas criadas pela sucessão destes modos de produção, da sua complexidade sobre “seu território espacial”. Desse modo, o valor de cada objeto geográfico no interior da FES, não pode ser atribuído por seu valor próprio, no que se refere à herança de um determinado modo de produção anterior, mas sim como forma-conteúdo, que se realiza, pelo modo de produção tal como ele se constitui na e pela formação social (SANTOS, 2005).

Dessa forma, são relevantes as reflexões sobre a questão habitacional paraense, já que remete a “uma expressão das contradições inerentes à relação capital x trabalho”, considerando que a cidade é uma expressão da luta de classes. Nesse contexto as lutas por moradias caracterizam a ação dos sujeitos políticos no enfrentamento cotidiano contra o capital (PINTO, 2005, p.117).

Nessa perspectiva, os recursos direcionados aos programas habitacionais, materializados por meio dos programas habitacionais federais contratados no Estado do Pará, apresentam-se como formas de provisão de habitação e geração de espaços urbanizados. Tais intervenções são elaboradas como propostas para combater o déficit e carência habitacional das cidades, o que não isenta estas práticas de serem executadas em descompasso com a realidade dos municípios, considerando que, em geral, o planejamento governamental desconhece ou mesmo desconsidera as necessidades habitacionais dos diferentes municípios paraenses.

Diante dessa realidade do Pará, busca-se compreender as particularidades das cidades Amazônicas no interior da lógica de reprodução das cidades, em que as transformações e ocupações ocorrem como meio de atender e integrar a região à divisão territorial do trabalho no interior do território brasileiro. No entanto, enfatiza-se que devido ao alto índice do déficit habitacional⁹ e as precárias condições de moradia das camadas populares, é de suma importância que se direcione respostas concretas à população de menor renda, o que demanda a instituição de política pública de habitação dirigida a esse segmento da população (MERCÊS, 2012).

No Brasil, a produção habitacional de interesse social atende fragilmente às necessidades habitacionais tanto urbanas quanto rurais, sendo que no Estado do Pará as áreas rurais possuem um alto grau de carência no que se refere à oferta de equipamentos e serviços, e principalmente a oferta de políticas habitacionais. Como destaca Sposito (2000, p. 59):

Este processo de formação da rede urbana e, posteriormente o "inchaço" populacional, ocasionou um dos principais problemas nas cidades e, que reflete até os dias atuais, qual seja o acesso à moradia digna, uma vez que esta não depende de se construir mais casas, mas de quem pode pagar por elas.

Logo, infere-se que a habitação, sendo um bem socialmente produzido, o seu acesso é seletivo, e que grande parcela da sociedade não tem condições de acessar, ou seja, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente, e tampouco comprar um imóvel (CORRÊA, 1989, p. 29). Dessa forma, a habitação como mercadoria, possui valor de uso e valor de troca e está sujeita às intervenções do mercado, sob a égide das relações capitalistas, logo, transforma-se em um bem extremamente caro, que exclui grande parcela da população ao seu acesso.

⁹ “O déficit habitacional total da Região Norte, em 2010, era de 816,0 mil domicílios representando 12,1% do total do País. No Estado do Pará no mesmo ano o déficit era de 423,4 mil domicílios correspondentes a 51,9% do total da Região Norte e 6,3% do Brasil. No Estado, dentre as Regiões de Integração a de maior déficit era a Metropolitana (102.037 domicílios) e a de menor déficit a do Tapajós (13.240 domicílios) [...] O déficit rural no Estado representava em média mais de 1/3 (38,3%) do déficit total e era maior que o déficit urbano na metade das RI's – Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu” (PARÁ, 2014, p. 71).

Por isso, com base na realidade acerca da política habitacional no Pará, identifica-se que a desigualdade e a seletividade na produção do espaço urbano são parte de um processo que produz uma hierarquia entre os lugares, o que afeta o modo de viver das pessoas, exigindo que cada parte modernizada do território ofereça uma função específica para a produção (SANTANA, 2012).

Contudo, essa tendência de segmentação dos locais de moradia, entre os que podem e os que não podem pagar mais pela habitação e pelas melhores localizações, tem se repetido ao longo das políticas habitacionais, desencadeando um processo nítido de segregação (SILVA; TOURINHO, 2015, p. 414).

No Estado do Pará essa tendência marcou o desenho das intervenções resultantes da política habitacional, no qual os programas habitacionais pouco consideram as especificidades da região amazônica, tendo a implementação no Estado, de políticas habitacionais com recorte em realidades nacionais, as quais não são capazes de responder ao problema habitacional específico desta região, agravando e intensificando as desigualdades nos pequenos municípios paraenses.

2. O PMCMV NO CONTEXTO DAS PEQUENAS CIDADES PARAENSES

As pequenas cidades carregam características de dispersão na ocupação do solo urbano, apresentando particularidades na formação urbana que difere do padrão de urbanização acelerado e verticalizado das grandes cidades, uma vez que expressam práticas e vivências culturais na ocupação do lugar, mas ao mesmo tempo, recebem impactos dos avanços da ocupação capitalista na Amazônia.

Assim, as pequenas cidades são afetadas pelos impactos da especulação e do conflito em torno da posse da terra. O uso da terra como bem mercadológico significa negar à população a condição da terra como lugar, abrigo, bem coletivo e social onde se pode primeiramente morar, como também, plantar, colher e viver ao modo peculiar da Amazônia. Desta forma, é necessário perceber o lugar onde se vive enquanto lugar singular/universal da condição humana (CASTRO, 2011).

As formas de uso e ocupação do solo tanto urbano como rural apresentam hábitos e costumes de moradias peculiares à região, geralmente construções erigidas em locais próximos aos rios e florestas, utilizando madeira local. No entanto, esta estruturação da ocupação do solo revelam os mesmos padrões desiguais que caracterizam o processo de urbanização brasileira pautadas na lógica da produção de cidades no âmbito do modo de produção capitalista (SAKATAUSKAS, 2015).

A relação com o rio na Amazônia nos mostra uma particularidade do modo de morar, principalmente no arranjo arquitetônico onde as casas são construídas sobre vigas de madeira à beira do rio para facilitar o acesso ao local de trabalho, aos barcos, à produção que chega e sai da cidade, transporte de pessoas, além do uso cultural do rio para o lazer (TRINDADE JÚNIOR,

2010), ou seja, o lugar que a moradia ocupa no espaço, constitui-se em um produto, pois é ela que nos mostra a condição social de vida das pessoas.

Dado que o Brasil possui 89,1% de municípios com até 50.000 habitantes, verificou-se que no Pará, este recorte populacional envolve 72% dos municípios, o que torna da maior importância pesquisar como a política habitacional impacta estes espaços, uma vez que a política ao reproduzir desenhos institucionais fechados acaba por não considerar as especificidades regionais da Amazônia (NAKANO, 2012).

[...] até 2012, 94 municípios paraenses foram selecionados para firmarem contratos, com a previsão de construção de 8.271 unidades habitacionais [...] o fato de ter sido selecionado no Programa não significa que o município esteja com o contrato firmado, para alcançar a formalização do repasse dos recursos, o mesmo deve cumprir uma série de passos técnicos, legais e burocráticos, o que tem se mostrado um grande desafio para os municípios paraenses, devido sua baixa capacidade administrativa (SANTANA et al, 2013; LIMA et al, 2013); (HOLANDA; SANTANA, 2016, p. 295).

Os municípios apresentam um grande número de habitações precárias e falta de infraestrutura urbana que demanda a formulação de políticas de curto, longo e médio prazo, dada a urgência na retirada de famílias de áreas de risco ou de proteção ambiental. Precisa-se considerar também, a relação das populações tradicionais com a natureza, respeitando a cultura e modo de viver amazônico.

Desta forma, os componentes de inadequação habitacional apresentam números muito representativos. O Estado do Pará representa 51% do adensamento excessivo de toda a região Norte, bem como 48% de carência de infraestrutura e 56% de incidência da falta de unidade sanitária.

Por outro lado, o aumento nos componentes do déficit habitacional relacionados com o aluguel, ou seja *adensamento em domicílios alugados e ônus excessivo com aluguel* (variação de mais de 85% e 612%, respectivamente), podem ser relacionados aos efeitos do Programa MCMV, pois apesar das obras, em sua maioria, não estarem concluídas até 2010, os efeitos sobre o valor da terra são expressivos e, conforme demonstram as pesquisas citadas, a falta de articulação do PMCMV com a política urbana provavelmente tem por consequência o agravamento dos problemas relacionados à questão fundiária (HOLANDA, SANTANA, 2016, p, 302, grifo das autoras).

A dimensão da inadequação é tamanha, que não há como enfrentá-la apenas com a oferta de novas unidades habitacionais, são necessários programas de metas para superar a inadequação e suas variáveis de carência de infraestrutura, saneamento, entre outros. Sendo assim, o próximo tópico apresenta as análises relacionadas a produção do PMCMV nas pequenas cidades paraenses.

3. AS MODALIDADES OFERTA PÚBLICA E RURAL DO PMCMV

Diante do exposto e dada a importância de analisar os investimentos operacionalizados no Estado do Pará, identificou-se por meio do PMCMV, nas

modalidades Oferta Pública e Rural¹⁰, elementos sobre as particularidades da habitação no Pará, pois nos pequenos municípios paraenses o urbano não é semelhante ao “urbano padrão”, aquele considerado pelas agências financiadoras, é uma dinâmica muito mais rural, “um rural que se imbrica no urbano e que se revela, desse modo diverso” (RIBEIRO, 2012, p. 227).

É importante mensurar que em pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso de LIMA e SILVA, 2016, “A Política de Habitação no Estado do Pará: programas habitacionais e o desafio de sua implementação” constatou-se que¹¹:

[...] no período de janeiro de 2008 a agosto de 2015, os contratos firmados entre o governo federal em parceria com o governo estadual, municipal e sociedade civil no Estado do Pará, dispõem como principal linha de ação a *Produção ou Aquisição de Moradias*, a qual representou 94,26% de todos os contratos, sendo que o programa com maior ocorrência foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas modalidades, dentre elas a modalidade Oferta Pública teve maior incidência, com aproximadamente 28,71% das contratações, seguida da modalidade Rural, com 20,69% das contratações.

Nessa perspectiva, o estudo do PMCMV/Oferta Pública de Recursos no município de Aurora do Pará¹² constatou que há um isolamento do empreendimento, uma vez que este está localizado em uma área não urbanizada, sem infraestrutura urbana e serviços básicos, como ressalta o morador entrevistado:

Eles falaram que vai ter [Técnicos da Prefeitura], que a gente vai ter tudo isso, lá perto [Energia elétrica, água encanada, escolas, praça, entre outros serviços urbanos], e lá agora que começou, porque antigamente não tinha o documento da terra, agora não, já ajestou tudo e vai começar a ajestiar tudo pra lá, porque antes era só uma invasão, antigamente era só uma invasão, agora não, tem documento direitinho. Perto mesmo, até tem na ruazinha de confronte o campo tem até uma escolinha bem miudinha para as crianças mais miudinhas. É um pouco longe, mas não tem problema se eles

¹⁰ Entre as modalidades do PMCMV existe a modalidade Oferta Pública de Recursos, onde se autorizou a produção habitacional em municípios com menos de 50 mil habitantes com financiamento de bancos privados, onde o Congresso Brasileiro teve importante participação nas propostas referente ao PMCMV, dado que 63,7% dos deputados do Congresso tinham como base eleitoral pequenos municípios, e estes exigiram a inclusão na pauta política, da modalidade Sub-50 do Programa (ROLNIK, 2015). Já a modalidade Rural do PMCMV foi implementada para realizar construção ou reformas habitacionais, para atender áreas rurais de qualquer município brasileiro, sendo destinado a trabalhadores rurais e agricultores familiares e reassentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nessa modalidade o beneficiário paga 4% do valor da unidade em quatro prestações anuais, operado pela CAIXA e Banco do Brasil, com recursos do OGU e FGTS (BRASIL, 2016, p. 23).

¹¹ Constatou-se que nos programas federais que há certas disparidades referente à dinâmica das contratações realizadas no Estado do Pará, no que diz respeito ao volume de contratos em relação ao número de unidades habitacionais (UH) previstas por esses contratos, pois o PMCMV, na modalidade Oferta Pública, realizou 197 contratos efetivados, o equivalente a 7.625 UH previstas, enquanto que a modalidade FAR (empresas), com 134 contratos (a modalidade que recebeu maior investimento), possui 86.215 UH previstas, isso demonstra que, além das contratações estarem direcionadas quase que exclusivamente para o PMCMV, suas modalidades ainda apresentam desproporções ao serem cotejadas as contratações com os investimentos.

¹² O município de Aurora do Pará está localizado na Região de Integração do Rio Capim, com população de 26.546 habitantes (IBGE, 2010). Seu déficit habitacional total é de 1.117 UH, de acordo com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

realmente entregarem a casa logo (MORADORA- AURORA DO PARÁ).

Isto indica que a infraestrutura urbana e de serviços públicos só irão chegar ao entorno do empreendimento após a conclusão das obras. A pesquisa de campo mostrou que as obras do empreendimento PMCMV/OPR estão inacabadas, na cidade de Aurora do Pará.

O segundo município pesquisado foi Tomé-Açu¹³. A moradora entrevistada relatou, ainda, que muitas vezes os moradores se reuniram para ir à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Assistência para exigir a instalação de iluminação pública, mas a Prefeitura não atende às solicitações, argumentando que o responsável pela iluminação pública e obras de infraestrutura é o Banco Luso que não possui agência no município (MELO, 2017). Entretanto, sabe-se que a Prefeitura Municipal se responsabiliza pelas obras de infraestrutura ao assinar o Termo de Adesão¹⁴ ao programa. A moradora, em entrevista sinalizou que:

Nós nos reunimos muitas vezes pela falta de luz e asfalto. Meu esforço era ir na Celpa e primeiro eles diziam que já fizeram a parte deles de colocar a energia nas casas e que a iluminação pública seria com a prefeitura, só diziam “já mandei para o prefeito”, mas até hoje nunca chegou. É tipo uma bola de neve, para um lado e para o outro, até que a gente acaba se zangando e largando de mão porque tem as coisas para fazer. Aqui, área de lazer não tem. Tem quatro anos que a gente tá morando aqui nessa casa e iluminação colocaram um tempo desse, iluminação pública ainda não tem e asfalto também não tem. Ficamos os três primeiros anos sem iluminação da Celpa na casa, só a gente mesmo que fez, que teve o gasto de colocar. E tem que mexer ainda na casa, que falta lajota, forro que a gente que tem que colocar, e armador de rede que eles não colocam, é obrigado a gente quebrar a parede, ter todo esse sacrifício só para colocar um armador de rede. Principalmente a gente que tem criança que gosta de estar com criança na rede. (MORADORA- TOMÉ-AÇU).

A padronização das Unidades Habitacionais/UH configura-se um problema para as famílias, pois a casa além de não acomodar bem os membros familiares, não prevê possíveis mudanças na vida dos moradores. Ela não é adaptada para a cultura Amazônica¹⁵, pois não possui armação para redes, tampouco possibilita ao morador condições de expandir sua casa para receber filhos, parentes ou dar início a alguma atividade econômica. Devido as UH terem sido entregue de forma inacabada, os moradores tiveram que improvisar a instalação de energia elétrica, troca de portas e janelas, etc. O empreendimento não possui pavimentação, calçadas, tampouco acessibilidade. Observa-se a presença de valas a céu aberto o que evidencia o abandono do poder público na manutenção deste espaço acerca do empreendimento do PMCMV/OPR, no município de Tomé –Açu (MELO, 2017).

¹³ O município de Tomé-Açu esta localizado na região de integração do Rio Capim. Possui uma população de 56.518 (IBGE, 2010). Seu déficit habitacional total é de 2.714 UH, de acordo com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.

¹⁴ Conforme dispõe a Portaria nº56 de 01 de fevereiro de 2013, anexo I, item 03 Origem, alocação dos recursos e contrapartida – 3.3.

¹⁵ A entrevistada relatou que algumas famílias não aceitaram a UH, pois devido a costumes culturais, contato com rio, preferiram permanecer nas áreas em que moravam anteriormente.

Os espaços internos da habitação e o tamanho da unidade habitacional resultam de uma concepção de casa estabelecida pelo programa que não permite eventuais alterações na vida dos moradores, bem como faz com que se origine uma nova variável do déficit por adensamento excessivo, devido às famílias numerosas que precisam se acomodar em pequenos cômodos.

Nessa perspectiva, Lima et al. (2015), apontam que dos 144 municípios pertencentes ao Estado do Pará, 99 possuem produção habitacional relacionada ao PMCMV, totalizando, de forma inédita, cerca de 70% das cidades paraenses envolvidas no programa, das quais as de maior porte, tal como Ananindeua, Belém, Marituba e Marabá, possuem empreendimentos destinados às três faixas de renda do programa, enquanto as de menor porte possuem empreendimentos destinados apenas a Faixa 1 do Programa. Existindo, portanto, duas caracterizações distintas na produção do PMCMV no Pará: uma que tende à concentração e outra à dispersão da produção, ou seja, a primeira corresponde a cidades de maior importância regional, sendo poucos municípios que concentram muitas unidades habitacionais; e a segunda que possui a tendência à pulverização da produção, composta por muitos municípios produzindo poucas unidades habitacionais.

Se por um lado tem-se um panorama precário da produção habitacional urbana, comprovou-se por meio de pesquisa documental que a lógica da produção habitacional também se estende por áreas rurais no Estado do Pará. Como verifica-se na tabela 01, por meio do PMCMV rural:

Tabela 01: Contratos Habitacionais do PMCMV RURAL no Pará no período de 2008 a 2015

CONTRATOS E INVESTIMENTOS (VALOR ABSOLUTO E PERCENTUAL) DO PMCMV RURAL							
Grupos de Municípios por porte populacional	Nº DE CONTRATOS	INVESTIMENTOS NA SOMA DOS CONTRATOS	%	UH PREVISTAS	SITUAÇÃO DAS OBRAS		
					Atrasada	Concluída	Normal
Até 20.000 hab.	6	9.387	5,5	298	0	2	4
20.001 a 50.000 hab.	77	90.412	53,03	3.150	7	44	23
50.001 a 70.000 hab.	25	22.676	13,3	818	7	15	1
70.001 a 100.001 hab.	22	32.564	19,1	1.085	0	17	4
100.001 a 150.000 hab.	7	9.229	5,41	293	2	5	0
Mais de 150.00 hab.	5	6.236	3,66	198	2	0	1
Total geral	142	170.504	100	5.842	18	83	33

Fonte: Autoras, 2018.

Nota¹: Houve municípios que apresentaram um total de 08 (oito) obras que não foram iniciadas ou paralisadas.

Os dados apresentados na Tabela 01 pelo grupo de municípios, que foram divididos por porte populacional¹⁶ no sentido de visualizar os recortes

¹⁶ Para a tabulação dos dados, foi necessário utilizar a classificação de municípios por porte populacional. Essa divisão justifica-se devido a faixa populacional dos municípios apresentada no programa habitacional estudado: até 20 mil habitantes; 20 mil habitantes até 50 mil habitantes; 50 mil habitantes até 70 mil habitantes; 70 mil habitantes até 100 mil habitantes; 100 mil habitantes até 150 mil habitantes; mais

feitos pelo PMCMV rural, revelam que há certas disparidades referente à dinâmica das contratações realizadas no Estado no que diz respeito ao volume de contratos em relação aos investimentos e número de unidades habitacionais previstas por esses contratos.

Verifica-se, o quanto o programa se estende pelas pequenas cidades, haja vista que só entre a faixa de 20 mil habitantes a 100.001 habitantes tem-se um total de 4.998 unidades habitacionais previstas para entrega.

Essa inferência remete à reflexão sobre o quantitativo dessas contratações para o equacionamento das necessidades habitacionais nestes municípios, principalmente os pertencentes ao porte populacional até 20 mil habitantes e os com até 50 mil habitantes, nos quais, respectivamente, houve menor e maior número de contratações firmadas. Além disso, percebe-se uma quantidade expressiva de contratos no porte populacional com até 50 mil habitantes, demonstrando que aos poucos os pequenos e médios municípios estão sendo inseridos na Política Habitacional, o que não significa que as ações desencadeadas nessas áreas rurais estejam considerando as características do contexto regional em que essas cidades estão inseridas.

As contradições aqui levantadas por meio do PMCMV rural coadunam com os dados apresentados no documento de Síntese e Atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Estado do Pará, em 2014, que apresenta elevado déficit e inadequações habitacionais nas cidades paraenses, em que o déficit rural no Pará representava em média mais de 1/3 (38,3%) do déficit total sendo maior que o déficit urbano na metade das Regiões de Integração/RI's, como as do Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu (PARÁ, 2014, p. 71).

Sendo assim, apesar dos programas habitacionais em curso terem como objetivo primordial combater o problema da habitação, eles têm mostrado uma tendência de operacionalização da política diferenciada da realidade habitacional nos municípios paraenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de termos um panorama habitacional precário, é inviável negar todos os avanços que a política habitacional trouxe para famílias com renda abaixo de três salários mínimos. Entretanto:

[...] o que se observou ao longo da pesquisa é que há um distanciamento entre o plano da concepção do planejamento urbano, que estabelece uma política visando contemplar as demandas regionais e institui regulamentação para legitimar essa concepção, mas que de outro lado, está desatrelada da realidade vivida, em que os recursos e agências de fomento para o financiamento de

de 150 mil habitantes. Cabe ressaltar que “[...] o tamanho da cidade é medido pelo número de habitantes, e a partir desse quesito, são classificadas como pequenas, médias e grandes. As cidades classificadas como pequenas possuem até 20.000 habitantes, acima deste montante, até 500.000 habitantes, estão as cidades denominadas de médias, e as que possuem mais de 500.000 habitantes são as consideradas grandes cidades. Esta é a classificação do IBGE e da maioria dos estudos que versam sobre esse assunto” (SAKATAUSKAS; SANTANA, 2016, p. 154-155).

habitações – a exemplo da Caixa Econômica Federal- sejam elas populares ou não, inibem o plano da vivência dos sujeitos, suas práticas materiais e simbólicas, na particularidade de seus municípios. [...] (RIBEIRO, 2014, p. 112)

Ressalta-se, portanto, que nos pequenos municípios paraenses a implementação da política habitacional, especialmente aquelas desenvolvidas a partir do PMCPV, tendem a não incluir a diversidade das necessidades habitacionais na região, no sentido que, não incorporam as particularidades amazônicas, haja vista que tais municípios apresentam problemas sociais e déficit habitacional bastante heterogêneos em relação a realidade dos demais municípios brasileiros. Além disso, a exclusividade do PMCMV em pequenos municípios apresenta uma contradição: ao mesmo tempo em que contribui para a diminuição do déficit habitacional e promove o direito à habitação para a população de menor renda, faz emergir problemas como o conformismo político e a aceitação de diversos problemas na UH.

Conforme sintetizam Sakatauskas e Santana (2016), todo o Estado do Pará possui alto índice de precariedade habitacional, tendo maior expressão nas pequenas cidades paraenses, as quais também são carentes de infraestrutura urbana como: coleta de lixo, pavimentação, tratamento de água, rede de esgoto sanitário, assim como, há grande diversidade nos fatores de risco, como enchentes e desmatamentos existentes nessas cidades.

Essa precariedade nos pequenos municípios é resultado da inserção da região na divisão socioterritorial do trabalho capitalista, e fatores como elevado índice de pobreza e concentração de renda vem agravando essa problemática, assim como a atuação do Estado, que tem privilegiado os investimentos em produção de infraestrutura física e social em cidades que possibilitam lucro ao capital, em detrimento das pequenas cidades (SAKATAUSKAS, 2015, p. 09).

Dessa forma, os moradores, por não conceberem o recebimento da UH como um direito, acabam naturalizando o fato da unidade ser de má qualidade, no sentido de que se “A Casa é Popular, esperava o quê?” (FERREIRA, FREIRE, 2015, p.01) e assim, realizam as melhorias habitacionais nas obras ainda inacabadas, tendo custos extras.

Sendo assim, a desmobilização se torna um obstáculo para o alcance de estratégias, tanto no âmbito da fiscalização das obras do programa MCMV, quanto para uma organização social de trabalhadores que vise refletir e questionar o modo de produção capitalista. Desta forma, precisa-se “[...] construir projetos de enfrentamento à fragmentação e à homogeneização do espaço pelo capital [...]” (ABREU, 2015, p. 135), resgatando a cidade como locus da luta de classes.

Também é da maior importância contextualizar a atual situação da política habitacional brasileira em que “nenhuma nova contratação no Minha Casa, Minha Vida foi realizada desde o golpe de 2016 e, além disso, o governo Michel Temer (MDB) inviabilizou instrumentos de participação democrática relacionados ao desenvolvimento urbano no nível federal” (TATEMOTO, 2018).

Por isso, não há como ignorar que a busca pela efetivação do direito à habitação existe, logo, precisa-se ultrapassar o planejamento urbano que atende somente aos interesses do grande capital e garantir os direitos dos

sujeitos sociais que lutam por vida e moradia digna, principalmente das pequenas cidades paraenses que possuem particularidades do modo de viver e morar ainda não reconhecidas pelo poder público na elaboração das políticas.

Parece fundamental que a luta pelo direito à habitação inclua uma lógica de planejamento urbano que incorpore as particularidades do modo de viver e morar das pequenas cidades, considerando que estas não são reconhecidas pelo poder público na elaboração das políticas sociais.

Compreender a questão habitacional no Pará é perceber que em seu cerne há uma crise no setor da habitação e, conseqüentemente, a desigualdade no acesso à moradia digna à grande parte da população, principalmente a de baixa renda.

Cabe também considerar que apesar do levantamento documental demonstrar que na situação das obras tem-se 82 unidades habitacionais concluídas, a pesquisa de campo nos leva a inferir que parte considerável nas unidades habitacionais do programa são dadas como concluídas, entretanto são entregues ainda inacabadas. Como verifica-se nas entrevistas com os moradores, em que se encontrou unidades habitacionais sem instalação de energia elétrica e com o sistema de esgotamento sanitário inacabado. Além da má qualidade de materiais utilizados na obra para baratear o custo da moradia que deixam os trabalhadores imersos na lógica perversa da mercantilização da moradia, tendo custos extras com reparos na obra.

Portanto, a reflexão sobre os investimentos operacionalizados pelo Estado, por meio das políticas habitacionais, vem apontando que essa ação demonstra contradições e desigualdades, as quais podem se diferenciar em diferentes conjunturas, o que contribui para agravar ou intensificar as expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Aline C. Disputa de projeto: a reforma urbana e os movimentos sociais. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p.124-137, jan./jun. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal. **Oficina temática habitação**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br>>. Acesso em: 5 julho de 2016.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: SANTANA, Joana; SÁ, Maria Elvira de. (Orgs). **Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade**. Belém: ICESA/UFPB, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, Diogo; FREIRE, Jussara. “A casa é popular, esperava o quê?”: sentidos da habitação popular no quadro do Programa Minha Casa, Minha Vida. In: XVI Enanpur. **Anais...** Belo Horizonte, 2015.

HOLANDA, A. C. G; SANTANA, J. V. Desafios da implementação da política habitacional em pequenos municípios paraenses: a questão da habitação e fragilidade administrativa. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 225-252.

_____. Reflexões acerca da carência habitacional no Pará: dados comparativos entre os anos 2000 e 2010. In: **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II**. Editora Universitária UFPE: Recife, 2016

LIMA, Aline Tarcila de Oliveira; SILVA, Walkiria Maria Sousa da. **A Política de Habitação no Estado do Pará: programas habitacionais e o desafio de sua implementação**. Belém/PA. UFPA. 2016.

_____. et. al. Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In: AMORE, Caio Santa; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MERCÊS. Simaia do Socorro Sales das. Percursos do direito à cidade: provisão estatal e empresarial de moradia popular na RM de Belém. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 553-577, jul/dez 2012.

MELO, Mônica. A produção habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida em pequenos municípios paraenses. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

NAKANO, Anderson, K. Desenvolvimento urbano e territorial em municípios periurbanos: diferenciações no Universo dos municípios Brasileiros. In: Santana, Joana Valente; Holanda, Anna Carolina Gomes; Moura, Aldebaran do Socorro Farias de. (Orgs.). **A questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed UFPA, 2012. p. 183-198.

PARÁ. Governo do Estado do Pará, Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Síntese e Atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (2013/2014)**. Belém, 2014.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, Revista da Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p. 92-117, jan-dez. 2004.

RIBEIRO, Rovaine. A Política Habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia Oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia – PA. In: SANTANA Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (Orgs.). **A questão**

da habitação em municípios periurbanos na Amazônia. Belém/PA: Ed. UFPA. 2012. p. 215-246.

_____. **A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/PA.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTANA, J. V. Pequenas cidades na Amazônia: desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional. In: Joana Valente Santana; Anna Carolina Gomes Holanda; Aldebaran do Socorro Farias de Moura. (Org.). **A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia.** Belém: Editora da Universidade Federal do Pará: EDUFPA, 2012. p. 77-96.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses:** análise a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 151-170, jan./jun, 2016. Disponível: <<http://www.uel.br/revista/uel/index.php/ssrevista/article/view/23733/19108>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cad. Metrop**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, nov. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 2000.

TATEMOTO, Rafael. Brasil de Fato. **Movimentos populares denunciam paralisação do Minha Casa, Minha Vida.** Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/2018/06/05/movimentos-populares-denunciam-paralisacao-do-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, São Paulo, n. 30, p. 113-138, set./mar. 2010.